



SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 48, DE 2017

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Procurador Regional da República SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, indicado pelo Ministério Público Federal, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

AUTORIA: Procuradoria-Geral da República

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

00100. 097230/2017-10
50.03.01.07
(4/5/E)
PGR

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PGR-00204088/2017

OFÍCIO Nº 601/GAB/PGR

Brasília, 23 de junho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Em atenção ao art. 130-A, II, da Constituição Federal e ao art. 1º da Lei nº 11.372/2006, submeto ao egrégio Senado Federal o nome do Procurador Regional da República SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR, eleito em 1º lugar da lista tríplice do Ministério Público Federal, com 63,12% dos votos da categoria, para a composição bienal do Conselho Nacional do Ministério Público.

Respeitosamente,


Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Senado Federal
Praça dos Três Poderes
70165-900 - Brasília-DF

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Ref.: Apresentação de documentos e declarações a propósito de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº 580.003.562-87 e da Matrícula MPF nº 775-7, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, informar e declarar o que segue.

1. O signatário foi indicado ao Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição, c/c art. 1º, da Lei nº 11.372, de 28/11/2006, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, uma vez que figurou em primeiro lugar em lista tríplice formada para tal fim pelos Membros do Ministério Público Federal - MPF.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 1º, do Ato nº 1, de 17/10/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal e, ainda, o contido no art. 5º, da Resolução nº 7, de 27/4/2005, do Senado Federal.

3. Apresenta, por conseguinte, os documentos e declarações que se encontram anexos e que integram o presente, como forma de cumprir os ditames constitucionais, legais e regimentais que regem a indicação em causa.

Coloca-se à inteira disposição de Vossa Excelência e do augusto Senado Federal e despede-se, com os mais respeitosos signos de respeito e admiração.

Brasília/DF, em 27 de junho de 2017.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Recebido em 28 / 6 / 17
Hora: 16:27

Marcelo Gomes de Souza
Matrícula: 256540 SLSF/SGM

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL

ART. 383, INCISO I, ALÍNEA A

ATO Nº 1/2007 – CCJ

ART. 1º, INCISO I



Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2369719653163713>

Última atualização do currículo em 27/06/2017

Resumo informado pelo autor


Mestre em Direito Constitucional (2014). Especialista em Direito Constitucional (2011). Graduado em Direito (1998). Integrante do Grupo de Pesquisa "A Hermenêutica Constitucional Concretizadora dos Direitos Fundamentais e Seus Reflexos nas Relações Sociais", da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Ministério Público Federal desde fevereiro de 2002 e Procurador Regional da República, com atuação no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desde abril de 2014. Professor e Palestrante. Foi Procurador do Estado de Rondônia, aprovado mediante concurso público (1º lugar). Foi, sempre mediante concurso público, servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Rondônia e Acre) e do Ministério Público Federal (Procuradoria da República no Estado de Rondônia). Atuou, ainda, como Advogado. É autor de "Improbidade Administrativa: Procedimento, Sanções e Aplicação Racional", obra baseada no pós-positivismo e que apresenta contribuições para a delimitação do ato ímprobo mediante procedimento estável e para a aplicação racional das sanções da Lei nº 8.429/1992.

(Texto informado pelo autor)

Dados pessoais

Nome	Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Filiação	Silvio Roberto Oliveira de Amorim e Maria das Graças Almeida de Amorim
Nascimento	16/12/1976 - Manaus/AM - Brasil
Carteira de Identidade	508516 SSP - RO - 09/02/1993
CPF	580.003.562-87
Endereço residencial	Quadra SQSW 305 Bloco F Setor Sudoeste - Brasília 70673426, DF - Brasil Telefone: 061 995320249
Endereço profissional	Ministério Público Federal, Procuradoria Regional da República da 1ª Região SAS Quadra 5, Bloco E, Lote 8 Asa Sul - Brasília 70070911, DF - Brasil Telefone: 061 33174500
Endereço eletrônico	E-mail para contato : amorimsilvio@bol.com.br E-mail alternativo silvioamorim@mpf.mp.br

Formação acadêmica/titulação

2012 - 2014	Mestrado em Direito. Universidade Federal de Sergipe, UFS, São Cristóvão, Brasil Título: A Questão das Sanções da Lei da Improbidade Administrativa: Contribuições para Procedimento e Aplicação Racional, Ano de obtenção: 2014 Orientador: Professor Doutor Henrique Ribeiro Cardoso 
2009 - 2011	Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Constitucional. Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, UNIDERP, Campo Grande, Brasil Título: Evolução Constitucional do Papel do Procurador-Geral da República como Legitimado Ativo ao Exercício do Controle Concentrado da Constitucionalidade no Brasil Orientador: Professor Doutor Mário Luiz Ramidoff
1994 - 1998	Graduação em Direito. Universidade Federal de Rondônia, UNIR, Porto Velho, Brasil

Formação complementar

- 2016 - 2016 *Curso de curta duração em Workshop de Comunicação Direta para Lideranças. (Carga horária: 12h).*
BH Press Comunicação Integrada, BH PRESS, Brasil
- 2014 - 2014 *Curso de curta duração em Media Training Avançado. (Carga horária: 8h).*
Oficina da Palavra, OP, Brasil
- 2013 - 2013 *Curso de curta duração em Capacitação da ASSPA. (Carga horária: 16h).*
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2013 - 2013 *Extensão universitária em Introdução ao Pensamento de Vilém Flusser. (Carga horária: 24h).*
Universidade Federal de Sergipe, UFS, Sao Cristovao, Brasil
- 2013 - 2013 *Curso de curta duração em I Curso de Alinhamento Conceitual do PNLD. (Carga horária: 80h).*
Ministério da Justiça - DPF - Academia Nacional de Polícia, MJ - DPF - ANP, Brasil
- 2012 - 2012 *Extensão universitária em I Congresso Internacional de Estudos Jurídicos. (Carga horária: 20h).*
Universidade Federal de Sergipe, UFS, Sao Cristovao, Brasil
- 2012 - 2012 *Extensão universitária em II Colóquio do PRODIR/UFS - Civil e Constitucional. (Carga horária: 10h).*
Universidade Federal de Sergipe, UFS, Sao Cristovao, Brasil
- 2012 - 2012 *Curso de curta duração em Resolução de Crises, Mediação e Negociação. (Carga horária: 16h).*
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2011 - 2011 *Curso de curta duração em Gestão da Segurança Institucional. (Carga horária: 40h).*
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2008 - 2008 *Curso de curta duração em Licenciamento Ambiental de Grandes Empreendimentos. (Carga horária: 24h).*
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2008 - 2008 *Curso de curta duração em Aperfeiçoamento de Media Training. (Carga horária: 8h).*
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2005 - 2005 *Curso de curta duração em Especial de Dicção, Desinibição e Oratória. (Carga horária: 20h).*
Ironi Andrade - Curso Permanente de Português, Redação e Oratória, IRONI ANDRADE, Brasil
- 2002 - 2002 *Curso de curta duração em Iniciação de Novos Procuradores da República. (Carga horária: 78h).*
Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasília, Brasil
- 2002 - 2002 *Curso de curta duração em Especial de Dicção, Desinibição e Oratória. (Carga horária: 24h).*
Ironi Andrade - Curso Permanente de Português, Redação e Oratória, IRONI ANDRADE, Brasil
- 2002 - 2002 *Curso de curta duração em Execução Orçamentária e Financeira do SIAFI. (Carga horária: 21h).*
SENAI - Departamento Regional de Rondônia, SENAI/DR/RO, Porto Velho, Brasil
- 1999 - 1999 *Curso de curta duração em Direito Processual Constitucional. (Carga horária: 6h).*
Bureau Jurídico e Instituto Brasileiro de Estudos do Direito, BUREAU/IBED, Brasil
- 1999 - 1999 *Curso Preparatório para Ingresso na Magistratura. (Carga horária: 720h).*
Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, EMERON, Brasil
- 1998 - 1998 *Atendimento Profissional com Eficiência. (Carga horária: 6h).*
Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, TRT/14ª REGIÃO, Brasil
- 1995 - 1995 *Curso de Datilografia. (Carga horária: 30h).*
Escola de Datilografia São Vicente, EDSV, Brasil
- 1995 - 1995 *Curso de Operador em Microcomputador. (Carga horária: 156h).*
SENAI - Departamento Regional de Rondônia, SENAI/DR/RO, Porto Velho, Brasil
- 1992 - 1993 *Curso de Inglês em Nível Avançado. (Carga horária: 142h).*
Centro de Ensino Brasil-Estados Unidos, CEBEU/RO, Brasil

Atuação profissional

1. Ministério Público Federal - MPF

Vínculo institucional

- 2016 - 2017 *Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Conselho Nacional do Ministério Público, Regime: Dedicção exclusiva*
Outras informações:
Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público entre 20/06/2016 e 02/05/2017.
- 2015 - 2016 *Enquadramento funcional: Chefe de Gabinete/PGR, Regime: Dedicção exclusiva*
Outras informações:
Integrante do Gabinete do Procurador-Geral da República desde 18/09/2013 e Secretário Especial da Chefe de Gabinete entre 27/04/2015 e 19/06/2016.
- 2014 - *Atual* *Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador Regional da República, Regime: Parcial*
Outras informações:
Procurador Regional da República com atuação no Gabinete do Procurador-Geral da República desde 04/2014.
- 2013 - 2015 *Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Secretaria de Relações Institucionais/PGR, Regime: Dedicção exclusiva*
Outras informações:
Integrante do Gabinete do Procurador-Geral da República desde 18/09/2013, com atuação na Secretaria de Relações Institucionais até 26/04/2015.
- 2012 - 2013 *Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador-Chefe, Regime: Parcial*
Outras informações:
Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Sergipe.
- 2010 - 2012 *Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador-Chefe Substituto, Regime: Parcial*
Outras informações:
Procurador-Chefe, Substituto, da Procuradoria da República no Estado de Sergipe.
- 2007 - 2008 *Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador-Chefe Substituto, Regime: Parcial*
Outras informações:
Procurador-Chefe, Substituto, da Procuradoria da República no Estado de Alagoas.
- 2005 - 2007 *Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador Regional Eleitoral, Regime: Parcial*
Outras informações:
Procurador Regional Eleitoral no Estado de Rondônia
- 2003 - 2005 *Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Procurador-Chefe, Regime: Parcial*
Outras informações:
Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Rondônia.

2002 - 2014 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Procurador da República, Regime: Parcial
Outras informações:
Procurador da República com atuação no Estado de Rondônia entre 02/2002 e 09/2007. Procurador da República com atuação no Estado de Alagoas entre 10/2007 e 03/2008. Procurador da República com atuação no Estado de Sergipe entre 04/2008 e 09/2013. Procurador da República com atuação no Gabinete do Procurador-Geral da República entre 09/2013 e 04/2014.

2. Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia - PGE/RO

Vínculo institucional

2001 - 2002 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Procurador do Estado de Rondônia, Regime: Parcial
Outras informações:
Procuradoria de Execuções Fiscais

3. Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia - OAB/RO

Vínculo institucional

2001 - 2002 Vínculo: Autônomo , Enquadramento funcional: Advogado, Regime: Parcial

4. Ministério Público Federal - MPF

Vínculo institucional

2000 - 2001 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Analista Processual (Nível Superior) , Carga horária: 40, Regime: Integral

5. Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - TRT/14ª REGIÃO

Vínculo institucional

1997 - 2000 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Técnico Judiciário (Nível Médio) , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
Gabinete de Juiz do Tribunal

6. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia - TJ/RO

Vínculo institucional

1996 - 1997 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Técnico Judiciário (Nível Médio) , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
6ª Vara Cível, Falências e Concordatas

7. Centro de Ensino Brasil-Estados Unidos - CEBEU/RO

Vínculo institucional

1996 - 1997 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Instrutor de Inglês , Carga horária: 40, Regime: Integral

8. Universidade Federal de Sergipe - UFS

Vínculo institucional

2013 - Atual Vínculo: Estudante-Projeto de Pesquisa , Enquadramento funcional: Estudante, Regime: Parcial
Outras informações:
Pesquisador do Projeto de Pesquisa "A Hermenêutica Constitucional Concretizadora dos Direitos Fundamentais e Seus Reflexos nas Relações Sociais", liderado pela Profª Drª Flávia Moreira Guimarães Pessoa e certificado pelo CNPq.

Atividades

04/2013 - Atual Outra atividade técnico-científica, Universidade Federal de Sergipe

Especificação:
Pesquisador do Projeto de Pesquisa "A Hermenêutica Constitucional Concretizadora dos Direitos Fundamentais e Seus Reflexos nas Relações Sociais", liderado pela Profª Drª Flávia Moreira Guimarães Pessoa.

Áreas de atuação

1. Direito Público
2. Direitos Difusos e Coletivos
3. Teoria do Direito

Idiomas

Inglês	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem
Espanhol	Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem

Prêmios e títulos

2002	Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Procurador da República, Procuradoria-Geral da República - Ministério Público Federal
2001	Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Procurador do Estado, Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia
2000	Concurso Público para o Cargo de Analista Processual (Nível Superior), Procuradoria-Geral da República - Ministério Público Federal

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**
O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, As Sanções da Lei de Improbidade Administrativa e a Aplicação da Regra da Proporcionalidade - Uma Correlação Necessária. *Evocati Revista.* , v.79, p.1 - 10, 2012.
2. AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**; ASSUNCAO, B. B.; HENRIQUES FILHO, T.; FACCHINI, M. I. O. S.; SOUZA, R. T.; PLATES, J. R.; TASSI, J. A.; FIGUEIREDO, L. M.; OLIVEIRA NETO, O. B.; ARAUJO, M. O.; SILVA, B. P.; COSTA, J. G. F.; MEDEIROS, S. M.; BARBOSA, M. A. L.; CORDEIRO, Y. C.; MARQUES JUNIOR, W. P.; OLIVEIRA JUNIOR, G. F.
Paradigmas para a Aplicação Racional das Sanções da Lei de Improbidade Administrativa. *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União.* , v.36, p.191 - 222, 2011.

Livros publicados

1. AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**
Improbidade Administrativa: Procedimento, Sanções e Aplicação Racional. Belo Horizonte/MG : Fórum, 2017 p.151.


Capítulos de livros publicados

1. ASSAD, A. T.; MORAES, A.; ASSIS, A.; GODOY, A. S. M.; ALVIM, A.; TESOLIN, F. R.; OSORIO, F. M.; MENDES, G. F.; MARTINS, H.; TOFFOLLI, J. A. D.; JUSTEN FILHO, M.; FIGUEIREDO, M.; ROSA, M. F. E.; MARQUES, M. C.; GUEDES, N.; BARROS, R. J. M.; FAVRETO, R.; AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**; ZAVASCKI, T.; MARTINS JUNIOR, W. P.
O Cabimento da Tentativa e a Aplicação do Princípio da Insignificância no Âmbito do Ato de Improbidade Administrativa In: *Improbidade Administrativa: Temas Atuais e Controvertidos.1* ed.Rio de Janeiro/RJ : Editora Forense, 2016, p. 311-341.
2. AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**
O Novo Código de Processo Civil e a Defesa do Patrimônio Público In: *Reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil.1* ed.Brasília/DF : ESMPU, 2016, v.2, p. 337-356.
3. AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**; MENESES, A. M. C.; GUIMARAES, A. A.; OLIVEIRA, A. A.; MELO, A. C.; MENESES, A. P. M. C.; SANTOS, A. C.; MACHADO, A. C. F.; LINS, A. C. V.; RESENDE, A. B.; MELO, A. C. C.; MELO, B. S.; BARRETO, C. P.; GUIMARAES, C. N.; MESSIAS, C. A.; SILVA, D. M. M.; ANDRADE, D. C. M.; CERQUEIRA, E. C.; DANTAS, F. L. L.; PESSOA, F. M. G.; BORGES, G. S.; SILVA, H. L. R.; SANTANNA, L. F. B.; ANDRADE, L. M. S.; RIBEIRO, L. C.; MESQUITA, M. R.; CARVALHO, P. C. P. B.; SOUZA, P. V. C. S.; BARBOSA, P. R. F.; DAUD, S. S.; AMORIM, V. L. M.
O Controle da Constitucionalidade Político Exercido pelo Poder Judiciário In: *Constituição e Processo.1* ed.Aracaju/SE : Editora Evocati, 2014, p. 635-654.
4. AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**; VARJAO, A. J. S.; OLIVEIRA, A. A.; SANTANA, E. B. S. E.; NASCIMENTO, G. C.; MACHADO NETO, M. C.; SANTOS, M. L. R.; ALENCAR, M. G. C. R.; SA, W. L.; MELO, Y. A. P.
A Constituição Filosófica In: *Temas de Direito Constitucional: Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Augusto Alcântara Machado.1* ed.Aracaju/SE : Ubirajara Coelho Neto Editor, 2013, p. 159-180.
5. AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**; Bruno Freire de Carvalho Calabrich; PELELLA, E. B.; SCHNEIDER, A.; PIMENTEL FILHO, A. C. A.; André Sampaio Viana; FISCHER, D.; VITTORELLI, E.; OLIVEIRA, F. A.; FIGUEIREDO, G. R.; VELLOSO, G. P.; SILVA, H. M.; SOUZA, I. B. P.; MIU, J. F. V.; ALMEIDA, J. R. S.; SOUZA, J. G. B.; TINOCO, L. N.; OLIVEIRA, L. L.; GADELHA, L. F. P. L.; LUCA, L. M. P. A.; ARAUJO, M. S. S.; FLORES, M. C. M.; MACHADO, O. A. A.; BARRETO, P. C.; CARVALHO, P. R. G.; MIRON, R. B.; MATOS, R. R. S.; QUEIROZ, R. P.; NACHEF JUNIOR, S. C.; OLIVEIRA, T. F.; NOBRE, T. L.; RABELO, T. M.; VICENTE, V. C. G. P.; VEGGI, V. C.; ASSIS, W. R.
Princípios Constitucionais do Contraditório, Ampla Defesa e Devido Processo Legal; O Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade e as Suas Diversas Formas; Servidões - Modo de Exercício e Espécies; Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada Material In: *Questões Discursivas do Concurso de Procurador da República Respondidas e Comentadas.1* ed.Salvador/BA : Editora Jus Podivm, 2011, p. 15-48.
6. AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**; SIQUEIRA, Cláudio Drewes José de; PELELLA, Eduardo Botão; FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; TINOCO, Livia Nascimento; BONFIM, Wellington Luis de Sousa
Acesso à Informação e à Comunicação In: *Inclusão de Pessoas com Deficiência.1* ed.Brasília : ESMPU, 2006, v.3, p. 13-82.

Artigos em revistas (Magazine)

1. AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**
Resenha do Livro 'A Ética da Discussão e a Questão da Verdade', de Jürgen Habermas. *Evocati Revista.* Aracaju/SE, 2013.
2. AMORIM Jr., **Silvio Roberto Oliveira de**
Resenha do Livro 'Breve Tratado da Razão Jurídica', de Antônio Braz Teixeira. *Evocati Revista.* Aracaju/SE, 2013.

Demais produções bibliográficas

1.  AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de
A Construção dos Direitos Constitucionais. Berkeley - California - USA: Berkeley Electronic Press, 2012. (Artigo, Tradução)
2. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; TORQUATO LUIZ, Aíde Maria M.; MÔNICO NETO, Miguel
Ação Civil Pública Ambiental. Desmatamento. Loteamento. Demarcação Sem Orientação Técnica. Degradação Ambiental. Trabalho Forense Divulgado na Revista de Direito Ambiental nº 32, da Editora Revista dos Tribunais. São Paulo - SP: Revista dos Tribunais, 2003. (Outra produção bibliográfica)

Produção técnica

Demais produções técnicas


1. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de
Teoria da Argumentação e Prova - Aspectos Práticos e Dogmáticos, 2015. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)
2. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de
O MPF e o Exército Brasileiro, 2005. (Outra produção técnica)
3. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de
Direitos Fundamentais, 2004. (Outra produção técnica)
4. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de
Prática de Processo Civil (Ação Civil Pública - Teoria e Prática), 2003. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Educação e Popularização de C&T




Artigos completos publicados em periódicos

1. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de
O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, As Sanções da Lei de Improbidade Administrativa e a Aplicação da Regra da Proporcionalidade - Uma Correlação Necessária. *Evocati Revista*, v.79, p.1 - 10, 2012.
2. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; ASSUNCAO, B. B.; HENRIQUES FILHO, T.; FACCHINI, M. I. O. S.; SOUZA, R. T.; PLATES, J. R.; TASSI, J. A. D.; FIGUEIREDO, L. M.; OLIVEIRA NETO, O. B.; ARAUJO, M. O.; SILVA, B. P.; COSTA, J. G. F.; MEDEIROS, S. M.; BARBOSA, M. A. L.; CORDEIRO, Y. C.; MARQUES JUNIOR, W. P.; OLIVEIRA JUNIOR, G. F.
Paradigmas para a Aplicação Racional das Sanções da Lei de Improbidade Administrativa. *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*, v.36, p.191 - 222, 2011.

Livros publicados

1.  AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de
Improbidade Administrativa: Procedimento, Sanções e Aplicação Racional. Belo Horizonte/MG : Fórum, 2017 p.151.

Capítulos de livros publicados

1.  ASSAD, A. T.; MORAES, A.; ASSIS, A.; GODOY, A. S. M.; ALVIM, A.; TESOLIN, F. R.; OSORIO, F. M.; MENDES, G. F.; MARTINS, H.; TOFFOLLI, J. A. D.; JUSTEN FILHO, M.; FIGUEIREDO, M.; ROSA, M. F. E.; MARQUES, M. C.; GUEDES, N.; BARROS, R. J. M.; FAVRETO, R.; AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; ZAVASCKI, T.; MARTINS JUNIOR, W. P.
O Cabimento da Tentativa e a Aplicação do Princípio da Insignificância no Âmbito do Ato de Improbidade Administrativa In: *Improbidade Administrativa: Temas Atuais e Controvérsias*. 1 ed. Rio de Janeiro/RJ : Editora Forense, 2016, p. 311-341.
2.  AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de
O Novo Código de Processo Civil e a Defesa do Patrimônio Público In: *Reflexões sobre o Novo Código de Processo Civil*. 1 ed. Brasília/DF : ESMPU, 2016, v.2, p. 337-356.
3. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; MENESES, A. M. C.; GUIMARAES, A. A.; OLIVEIRA, A. A.; MELO, A. C.; MENESES, A. P. M. C.; SANTOS, A. C.; MACHADO, A. C. F.; LINS, A. C. V.; RESENDE, A. B.; MELO, A. C. C.; MELO, B. S.; BARRETO, C. P.; GUIMARAES, C. N.; MESSIAS, C. A.; SILVA, D. M. M.; ANDRADE, D. C. M.; CERQUEIRA, E. C.; DANTAS, F. L. L.; PESSOA, F. M. G.; BORGES, G. S.; SILVA, H. L. R.; SANTANNA, L. F. B.; ANDRADE, L. M. S.; RIBEIRO, L. C.; MESQUITA, M. R.; CARVALHO, P. C. P. B.; SOUZA, P. V. C. S.; BARBOSA, P. R. F.; DAUD, S. S.; AMORIM, V. L. M.
O Controle da Constitucionalidade Político Exercido pelo Poder Judiciário In: *Constituição e Processo*. 1 ed. Aracaju/SE : Editora Evocati, 2014, p. 635-654.
4. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; VARJAO, A. J. S.; OLIVEIRA, A. A.; SANTANA, E. B. S. E.; NASCIMENTO, G. C.; MACHADO NETO, M. C.; SANTOS, M. L. R.; ALENCAR, M. G. C. R.; SA, W. L.; MELO, Y. A. P.
A Constituição Filosófica In: *Temas de Direito Constitucional: Estudos em Homenagem ao Professor Carlos Augusto Alcântara Machado*. 1 ed. Aracaju/SE : Ubirajara Coelho Neto Editor, 2013, p. 159-180.
5.  AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; Bruno Freire de Carvalho Calabrich; PELELLA, E. B.; SCHNEIDER, A.; PIMENTEL FILHO, A. C. A.; André Sampaio Viana; FISCHER, D.; VITORELLI, E.; OLIVEIRA, F. A.; FIGUEIREDO, G. R.; VELLOSO, G. P.; SILVA, H. M.; SOUZA, I. B. P.; MIU, J. F. V.; ALMEIDA, J. R. S.; SOUZA, J. G. B.; TINOCO, L. N.; OLIVEIRA, L. L.; GADELHA, L. F. P. L.; LUCA, L. M. P. A.; ARAUJO, M. S. S.; FLORES, M. C. M.; MACHADO, O. A. A.; BARRETO, P. C.; CARVALHO, P. R. G.; MIRON, R. B.; MATOS, R. R. S.; QUEIROZ, R. P.; NACHEF JUNIOR, S. C.; OLIVEIRA, T. F.; NOBRE, T. L.; RABELO, T. M.; VICENTE, V. C. G. P.; VEGGI, V. C.; ASSIS, W. R.
Princípios Constitucionais do Contraditório, Ampla Defesa e Devido Processo Legal; O Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade e as Suas Diversas Formas; Servidões - Modo de Exercício e Espécies; Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada Material In: *Questões Discursivas do Concurso de Procurador da República Respondidas e Comentadas*. 1 ed. Salvador/BA : Editora Jus Podivm, 2011, p. 15-48.
6. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; SIQUEIRA, Cláudio Drewes José de; PELELLA, Eduardo Botão; FÁVERO, Eugénia Augusta Gonzaga; TINOCO, Livia Nascimento; BONFIM, Wellington Luis de Sousa
Acesso à Informação e à Comunicação In: *Inclusão de Pessoas com Deficiência*. 1 ed. Brasília : ESMPU, 2006, v.3, p. 13-82.

Artigos em revistas (Magazine)

1. AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de
Resenha do Livro 'A Ética da Discussão e a Questão da Verdade', de Jürgen Habermas. *Evocati Revista*. Aracaju/SE, 2013.

2. AMORIM Jr., *Silvio Roberto Oliveira de* Resenha do Livro 'Breve Tratado da Razão Jurídica', de Antônio Braz Teixeira. *Evocati Revista*. Aracaju/SE, 2013.

Curso de curta duração ministrado

1. AMORIM Jr., *Silvio Roberto Oliveira de* *Teoria da Argumentação e Prova - Aspectos Práticos e Dogmáticos*, 2015. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras e olimpíadas

1. AMORIM Jr., *Silvio Roberto Oliveira de*; SALGADO, D. R.; ARAS, V. B. *Seminário*, 2016. (Outro, Organização de evento)

Participação em eventos, congressos, exposições, feiras e olimpíadas

1. Inauguração do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Amapá - GAECO/AP, 2017. (Exposição) Improbidade Administrativa - Procedimento, Sanções e Aplicação Racional.
2. VIII Simpósio de Integração Jurídica do Comandante do Exército, 2017. (Simpósio) Ministério Público e Controle na Constituição de 1988.
3. Simposista no(a) Thirteenth United Nations Congress on Crime Prevention and Criminal Justice, 2015. (Congresso) Brazilin System for Investigation of Banking Transfers (SIMBA).
4. Apresentação Oral no(a) Inserção de Informações Inverídicas em DCTF, 2012. (Seminário) Denúncia Criminal.
5. Simposista no(a) Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos, 2012. (Seminário) Denúncia Criminal.

Demais produções técnicas

1. AMORIM Jr., *Silvio Roberto Oliveira de* *Teoria da Argumentação e Prova - Aspectos Práticos e Dogmáticos*, 2015. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado)

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Lucas Daniel Chaves de Freitas. *O Contencioso Eleitoral como Processo Coletivo: Impactos do Art. 96-B da Lei 9.504/1997*. 2016. Monografia (Direito Aplicado ao Ministério Público Federal - X CIV/MPF) - Escola Superior do Ministério Público da União
2. Rafael Klautau Borba Costa. *Administração da Saúde e Desafios ao Ministério Público: Promoção do Direito à Saúde e Controle de Recursos Financeiros Repassados*. 2015. Monografia (Direito Aplicado ao Ministério Público Federal - X CIV/MPF) - Escola Superior do Ministério Público da União
3. Bruno Olivo de Sales. *Combate à Evasão de Contribuições Previdenciárias pelos Gestores Municipais*. 2015. Monografia (Direito Aplicado ao Ministério Público Federal - X CIV/MPF) - Escola Superior do Ministério Público da União
4. Antonio Marcos da Silva de Jesus. *Procedimentos Administrativos Diversos do Inquérito Civil*. 2015. Monografia (Direito Aplicado ao Ministério Público Federal - X CIV/MPF) - Escola Superior do Ministério Público da União

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. 1º Congresso Técnico dos Procuradores da República, 2017. (Congresso)
2. Inauguração do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Amapá - GAECO/AP, 2017. (Exposição) Improbidade Administrativa - Procedimento, Sanções e Aplicação Racional.
3. VIII Simpósio de Integração Jurídica do Comandante do Exército, 2017. (Simpósio) Ministério Público e Controle na Constituição de 1988.
4. Fórum de Boas Práticas Internacional - Fundação Nacional de Qualidade, 2016. (Outra)
5. Simposista no(a) Thirteenth United Nations Congress on Crime Prevention and Criminal Justice, 2015. (Congresso) Brazilin System for Investigation of Banking Transfers (SIMBA).
6. Apresentação Oral no(a) X Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores da República, 2014. (Outra) Desafios na Construção do Ministério Público Federal.
7. Apresentação Oral no(a) XI Edição para o Mercosul do Programa de Intercâmbio Joaquim Nabuco - STF, 2014. (Outra) O Ministério Público Federal Brasileiro.
8. XIII Encontro Nacional da 2ª CCR/MPF - Criminal e de Controle Externo da Atividade Policial, 2013. (Encontro)

9. *Encontro Nacional de Orçamento e Finanças do MPF "Gestão, Transparência e Resultado", 2012. (Encontro)*
10. *Apresentação Oral no(a) Inserção de Informações Inverídicas em DCTF, 2012. (Seminário Denúncia Criminal.*
11. *Simposista no(a) Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos, 2012. (Seminário Denúncia Criminal.*
12. *X Encontro Nacional da 5ª CCR/MPF - Patrimônio Público e Social, 2008. (Encontro)*
13. *XIV Encontro Nacional de Procuradoras e Procuradores dos Direitos do Cidadão - PFDC/MPF, 2008. (Encontro)*
14. *Oficina sobre Exigibilidade do Direito à Comunicação - ESMPU, 2007. (Oficina)*
15. *XI Encontro Nacional de Procuradores dos Direitos do Cidadão - PFDC/MPF, 2005. (Encontro)*
16. *Simpósio Multidisciplinar sobre Trabalho Escravo - ESMPU/PRT-14ª Região, 2004. (Simpósio)*
17. *X Encontro dos Procuradores da Cidadania - PFDC/MPF, 2004. (Encontro)*
18. *V Encontro Nacional da 5ª CCR/MPF - Patrimônio Público e Social, 2003. (Encontro)*
19. *V Semana Jurídica da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, 2003. (Simpósio)*
20. *6º Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor - IBPDC, 2002. (Congresso)*
21. *A Lei dos Juizados Especiais Federais e Seus Reflexos nos Juizados Estaduais - Aspectos Controvertidos - FESMP/RO, 2002. (Outra)*
22. *II Encontro Nacional do Ministério Público do Consumidor - MP/CON, 2002. (Encontro)*
23. *IV Encontro Nacional da 2ª CCR/MPF - Criminal e de Controle Externo da Atividade Policial, 2002. (Encontro)*
24. *IV Encontro Nacional da 3ª CCR/MPF - Consumidor, Ordem Econômica e Economia Popular, 2002. (Encontro)*
25. *XVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - IBDC, 2002. (Congresso)*
26. *Os Atos de Natureza Institucional e Administrativa e Seus Reflexos - PRT/14ª Região, 2000. (Seminário)*
27. *Congresso Mundial de Direito Processual (Civil, Penal, Trabalhista e Administrativo) - IBED, 1999. (Congresso)*
28. *I Congresso de Direito Ambiental do Estado de Rondônia - MP-RO/UNIR, 1999. (Congresso)*
29. *I Simpósio Estadual de Direito Civil, Penal e Trabalhista - OAB-RO/IPEJURIS, 1999. (Simpósio)*
30. *Atualização em Processo do Trabalho - PGE-RO/AMATRA-14ª Região, 1997. (Simpósio)*

Organização de evento

1. **AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de; SALGADO, D. R.; ARAS, V. B.** Seminário, 2016. (Outro, Organização de evento)
2. **AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de** Programa de Qualidade Total da Procuradoria da República no Estado de Rondônia, 2003. (Outro, Organização de evento)

Bancas

Bancas

Participação em banca de trabalhos de conclusão

Graduação

1. **GARCIA, Carolina Fonseca; AMORIM Jr., Sílvia Roberto Oliveira de** Participação em banca de Carolina Fonseca Garcia. A ilegalidade da Tentativa Extrajudicial de Conciliação na Lesão Corporal Leve com Violência Doméstica Contra a Mulher, 2008 (Direito) Universidade Federal de Sergipe

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico	2
Livros publicados	1
Capítulos de livros publicados	6
Revistas (Magazines)	2
Traduções (Artigo)	1

Demais produções bibliográficas	1
Produção técnica	
Curso de curta duração ministrado (aperfeiçoamento)	2
Outra produção técnica	2
Orientações	
Orientação concluída (monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização)	4
Eventos	
Participações em eventos (congresso)	6
Participações em eventos (seminário)	3
Participações em eventos (simpósio)	5
Participações em eventos (oficina)	1
Participações em eventos (encontro)	10
Participações em eventos (outra)	4
Organização de evento (outro)	2
Participação em banca de trabalhos de conclusão (graduação)	1

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 27/06/2017 às 23:04:49.

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL

ART. 383, INCISO I, ALÍNEA B, ITEM 1

ATO Nº 1/2007 – CCJ

ART. 1º, INCISO II, ALÍNEA A

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº 580.003.562-87 e da Matrícula MPF nº 775-7, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, informar e declarar o que segue.

1. O signatário foi indicado ao Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição, c/c art. 1º, da Lei nº 11.372, de 28/11/2006, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, uma vez que figurou em primeiro lugar em lista tríplice formada para tal fim pelos Membros do Ministério Público Federal.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea *b*, item 1, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 1º, inciso II, alínea *a*, do Ato nº 1, de 17/10/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

3. Declara, portanto, que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional.

Presta, afirma e subscreve estas informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos jurídicos, constitucionais, legais e regimentais efeitos.

Brasília/DF, em 27 de junho de 2017.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

RESOLUÇÃO Nº 7/2005 – SENADO FEDERAL

ART. 5º, INCISO II

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº 580.003.562-87 e da Matrícula MPF nº 775-7, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, informar e declarar o que segue.

1. O signatário foi indicado ao Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição, c/c art. 1º, da Lei nº 11.372, de 28/11/2006, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, uma vez que figurou em primeiro lugar em lista tríplice formada para tal fim pelos Membros do Ministério Público Federal.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 7, de 27/4/2005, do Senado Federal.

3. Declara, portanto, que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Ministério Público Federal.

Presta, afirma e subscreve estas informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos jurídicos, constitucionais, legais e regimentais efeitos.

Brasília/DF, em 27 de junho de 2017.



Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

RESOLUÇÃO Nº 7/2005 – SENADO FEDERAL

ART. 5º, INCISO III

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº 580.003.562-87 e da Matrícula MPF nº 775-7, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, informar e declarar o que segue.

1. O signatário foi indicado ao Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição, c/c art. 1º, da Lei nº 11.372, de 28/11/2006, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, uma vez que figurou em primeiro lugar em lista tríplice formada para tal fim pelos Membros do Ministério Público Federal.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7, de 27/4/2005, do Senado Federal.

3. Declara, portanto, que nunca sofreu sanção criminal nem administrativo-disciplinar, bem como que não possui procedimentos dessa natureza instaurados contra sua pessoa.

Presta, afirma e subscreve estas informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos jurídicos, constitucionais, legais e regimentais efeitos.

Brasília/DF, em 27 de junho de 2017.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

RESOLUÇÃO Nº 7/2005 – SENADO FEDERAL

ART. 5º, INCISO IV

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº 580.003.562-87 e da Matrícula MPF nº 775-7, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, informar e declarar o que segue.

1. O signatário foi indicado ao Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição, c/c art. 1º, da Lei nº 11.372, de 28/11/2006, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, uma vez que figurou em primeiro lugar em lista tríplice formada para tal fim pelos Membros do Ministério Público Federal.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7, de 27/4/2005, do Senado Federal.

3. Declara, portanto, que não é membro do Congresso Nacional, nem do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, muito menos cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Presta, afirma e subscreve estas informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos jurídicos, constitucionais, legais e regimentais efeitos.

Brasília/DF, em 27 de junho de 2017.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL

ART. 383, INCISO I, ALÍNEA *B*, ITEM 2

ATO Nº 1/2007 – CCJ

ART. 1º, INCISO II, ALÍNEA *B*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº 580.003.562-87 e da Matrícula MPF nº 775-7, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, informar e declarar o que segue.

1. O signatário foi indicado ao Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição, c/c art. 1º, da Lei nº 11.372, de 28/11/2006, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, uma vez que figurou em primeiro lugar em lista tríplice formada para tal fim pelos Membros do Ministério Público Federal.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea b, item 2, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 1º, inciso II, alínea b, do Ato nº 1, de 17/10/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

3. Declara, portanto, que não participa nem participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais.

Presta, afirma e subscreve estas informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos jurídicos, constitucionais, legais e regimentais efeitos.

Brasília/DF, em 27 de junho de 2017.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL

ART. 383, INCISO I, ALÍNEA B, ITEM 3

ATO Nº 1/2007 – CCJ

ART. 1º, INCISO II, ALÍNEA C

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº 580.003.562-87 e da Matrícula MPF nº 775-7, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, informar e declarar o que segue.

1. O signatário foi indicado ao Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição, c/c art. 1º, da Lei nº 11.372, de 28/11/2006, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, uma vez que figurou em primeiro lugar em lista tríplice formada para tal fim pelos Membros do Ministério Público Federal.
2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea *b*, item 3, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 1º, inciso II, alínea *c*, do Ato nº 1, de 17/10/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.
3. Declara, portanto, que se encontra regular em sua situação fiscal, nos âmbitos federal e distrital, conforme estão a demonstrar as respectivas certidões e documentos anexos.

Presta, afirma e subscreve estas informações e declarações, bem como apresenta os aludidos documentos, porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos jurídicos, constitucionais, legais e regimentais efeitos.

Brasília/DF, em 27 de junho de 2017.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR
CPF: 580.003.562-87

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 11:14:34 do dia 27/06/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/12/2017.

Código de controle da certidão: **9BDC.B4EA.D999.BB6E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[BRASIL](#)[Acesso à informação](#)[Participe](#)[Serviços](#)[Legislação](#)[Canais](#)

Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CPF : 580.003.562-87

Data da Emissão : 27/06/2017

Hora da Emissão : 11:14:34

Código de Controle da Certidão : 9BDC.B4EA.D999.BB6E

Tipo da Certidão : Negativa

Certidão **Negativa** emitida em 27/06/2017, com validade até 24/12/2017.

[Página Anterior](#)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Emissão em: 27/06/2017 11:05:53
Por meio do e-CAC
CPF do Certificado: 580.003.562-87
Página 1 de 1

Relatório de Situação Fiscal

CPF: 580.003.562-87 - SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Informações Cadastrais

UA de Domicílio: DRF BRASILIA-DF

Código da UA: 01.101.00

Endereço: ST SQSW 305 BLOCO F APT 510 - ED MARANELO

Bairro: SUDOESTE

Município: BRASILIA

CEP: 70673-426

UF: DF

Data de Nascimento: 16/12/1976

Situação no CPF: REGULAR

Diagnóstico Fiscal

Não foram detectadas pendências nos controles da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Este documento não tem validade de Certidão RFB / PGFN.

Final do Relatório



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Emissão em: 27/06/2017 11:07:56

Por meio do e-CAC

Página 1 de 1

Relatório Complementar de Situação Fiscal

CPF: 580.003.562-87 - SILVIO ROBERTO OLIVEIRA DE AMORIM JUNIOR

Diagnóstico Complementar

Não foram detectadas pendências/exigibilidades suspensas complementares nos controles da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

FINAL DE RELATÓRIO



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 211-00.770.399/2017
NOME : SILVIO ROBERTO O DE AMORIM JUNIOR
ENDEREÇO : SQSW 305 BLOCO F APT 510
CIDADE : SETOR SUDOESTE
CPF : 580.003.562-87
CNPJ :
CF/DF :
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

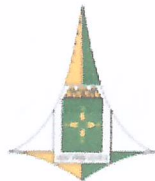
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 25 de Setembro de 2017.

Brasília, 27 de Junho de 2017.

Certidão emitida via internet às 11:16:39 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO	: 211007703992017
ARGUMENTO DE PESQUISA	: 58000356287
RESULTADO DA CERTIDÃO	: CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS
HORÁRIO DA EMISSÃO	: 11:16:39
DATA DA EMISSÃO	: 27/06/2017
DATA DA VALIDADE	: 25/09/2017
FINALIDADE	: JUNTO AO GDF
EMITIDA POR	: INTERNET

Brasília, 27 de Junho de 2017.

Validação de Certidão realizada no endereço www.fazenda.df.gov.br



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 211-00.770.472/2017
NOME : SILVIO ROBERTO O DE AMORIM JUNIOR
ENDEREÇO : SQSW 305 BLOCO F APT 510
CIDADE : SETOR SUDOESTE
CPF : 580.003.562-87
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : VERIFICACAO DE DEBITOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 25 de Setembro de 2017.

Brasília, 27 de Junho de 2017.

Certidão emitida via internet às 11:22:10 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO	: 211007704722017
ARGUMENTO DE PESQUISA	: 58000356287
RESULTADO DA CERTIDÃO	: CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS
HORÁRIO DA EMISSÃO	: 11:22:10
DATA DA EMISSÃO	: 27/06/2017
DATA DA VALIDADE	: 25/09/2017
FINALIDADE	: VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS
EMITIDA POR	: INTERNET

Brasília, 27 de Junho de 2017.

Validação de Certidão realizada no endereço www.fazenda.df.gov.br

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL

ART. 383, INCISO I, ALÍNEA B, ITEM 4

ATO Nº 1/2007 – CCJ

ART. 1º, INCISO II, ALÍNEA D

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº 580.003.562-87 e da Matrícula MPF nº 775-7, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, informar e declarar o que segue.

1. O signatário foi indicado ao Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição, c/c art. 1º, da Lei nº 11.372, de 28/11/2006, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, uma vez que figurou em primeiro lugar em lista tríplice formada para tal fim pelos Membros do Ministério Público Federal.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea b, item 4, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 1º, inciso II, alínea d, do Ato nº 1, de 17/10/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

3. Declara, portanto, que não há ações judiciais nas quais figure como autor ou réu.

Presta, afirma e subscreve estas informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos jurídicos, constitucionais, legais e regimentais efeitos.

Brasília/DF, em 27 de junho de 2017.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL

ART. 383, INCISO I, ALÍNEA *B*, ITEM 5

ATO Nº 1/2007 – CCJ

ART. 1º, INCISO II, ALÍNEA *E*

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº 580.003.562-87 e da Matrícula MPF nº 775-7, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, informar e declarar o que segue.

1. O signatário foi indicado ao Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição, c/c art. 1º, da Lei nº 11.372, de 28/11/2006, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, uma vez que figurou em primeiro lugar em lista tríplice formada para tal fim pelos Membros do Ministério Público Federal.

2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea b, item 5, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 1º, inciso II, alínea e, do Ato nº 1, de 17/10/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

3. Declara, portanto, que não atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano de 2017, em juízos e tribunais, nem em conselhos de administração de empresas estatais, muito menos em cargos de direção de agências reguladoras.

Presta, afirma e subscreve estas informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos jurídicos, constitucionais, legais e regimentais efeitos.

Brasília/DF, em 27 de junho de 2017.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL

ART. 383, INCISO I, ALÍNEA C

ATO Nº 1/2007 – CCJ

ART. 1º, INCISO III

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DR. EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA

Ref.: Declaração a propósito de indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público

Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior, brasileiro, casado, Membro do Ministério Público Federal (Procurador Regional da República), portador do CPF sob o nº 580.003.562-87 e da Matrícula MPF nº 775-7, residente e domiciliado nesta cidade de Brasília/DF vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, aduzir, informar e declarar o que segue.

1. O signatário foi indicado ao Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição, c/c art. 1º, da Lei nº 11.372, de 28/11/2006, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, uma vez que figurou em primeiro lugar em lista tríplice formada para tal fim pelos Membros do Ministério Público Federal - MPF.
2. Vem, por meio do presente, observar o disposto no art. 383, inciso I, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 1º, inciso III, do Ato nº 1, de 17/10/2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.
3. Argumenta, portanto, que é Membro do MPF desde 18/2/2002, com atuação como Procurador da República e na 1ª Instância até 11/4/2014, quando foi promovido, por merecimento, ao cargo de Procurador Regional da República e lotado para officiar perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
4. Ao longo de mais de 15 (quinze) anos de atividade profissional, atuou para cumprir as funções institucionais descritas no art. 129, da Constituição, e no art. 5º, da Lei Complementar nº 75, de 20/5/1993; para tanto, oficiou em todas as áreas disponíveis para representar o MPF em 4 (quatro) Unidades Federativas distintas (Rondônia, Alagoas, Sergipe e Distrito Federal), de modo que possui conhecimento do papel que exerce a Instituição, ou em relação aos demais Poderes e Órgãos ou em relação à Sociedade, com os reflexos internos e externos que daí advêm.

5. Conciliou sua atuação finalística, enquanto Membro do MPF, com funções de chefia administrativa nas Unidades onde desempenhou suas atividades, assim colhendo o aprendizado gerencial e adquirindo o conhecimento administrativo e financeiro necessários à atuação enquanto Conselheiro do CNMP.

6. Atuou, ademais, como representante da Associação Nacional dos Procuradores da República, pelo que acresceu em sua trajetória a compreensão da defesa corporativa dos Membros da Instituição.

7. Buscou, também, agregar novos conhecimentos acadêmicos, daí que se tornou Especialista e Mestre em Direito Constitucional, na busca de conjugar seus estudos à atuação prática exercida como integrante do MPF.

8. Na mesma direção, empreendeu esforços para transmitir os conhecimentos adquiridos e fomentar o debate acadêmico, por meio da elaboração de artigos científicos e da publicação de livros, em coautoria ou isoladamente.

9. Jamais foi demandado administrativa ou judicialmente em razão de sua atuação enquanto Membro do MPF.

10. Nunca recebeu contra sua pessoa processo administrativo disciplinar de qualquer espécie, seja no âmbito do MPF, seja na esfera do CNMP.

11. Todos esses fatos e circunstâncias conduzem o signatário à segurança de que possui a experiência profissional, a formação técnica adequada e a afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do CNMP.

É por isso que presta, afirma e subscreve estas informações e declarações porque são a expressão da verdade e para que surtam os respectivos jurídicos, constitucionais, legais e regimentais efeitos.

Brasília/DF, em 27 de junho de 2017.


Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior